

**EXTENSÃO E SOCIOLOGIA RURAL**

**2017**

**PRÓ-REFORMA AGRÁRIA**

**Nome: Calimir Eduarto Santos da Silva**

**Danilo De Santi Bizinotto**

**Felipe Augusto Menezes de Melo**

**Lucas Bento**

**João Paulo Pereira Duarte**

**João Pedro Cassemiro de Oliveira**

**João Vitor Mendes**

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO............................................................................4**

**REFORMA AGRÁRIA E INCRA.....................................................5**

**Pronera.................................................................................... 6**

**Pnae.......................................................................................7**

**Paa.........................................................................................7**

**HISTÓRIA DA REFORMA AGRÁRIA.............................................8**

**ESTATUTO DA TERRA...............................................................9**

**FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA.....................................................11**

**TRÊS FASES DA REFORMA.......................................................11**

**CADASTRAMENTO (Como funciona)........................................11**

**POR QUE A REFORMA É NECESSÁRIA......................................13**

**Áreas degradadas...................................................................13**

**Barreiras contra a reforma......................................................13**

**Bancada ruralista....................................................................14**

**MST........................................................................................16**

**MST e Reforma agrária são sinônimos?...................................16**

**PESQUISA COM ASSENTADOS.................................................18**

**É UMA QUESTÃO DE MERITOCRACIA?....................................20**

**EXÔDO RURAL (Logística reversa)...........................................21**

**CAMINHOS PARA OS ASSENTADOS.........................................21**

**Cooperativismo.......................................................................22**

**Produtos de importação..........................................................22**

**LETRA: FUNERAL DE UM LAVRADOR.......................................23**

**REFERÊNCIAS..........................................................................25**

**SUMÁRIO – IMAGENS**

**IMAGEM 1 (I.1)......................................................................13**

**IMAGEM 2 (I.2).......................................................................13**

**IMAGEM 3 (I.3).......................................................................14**

**IMAGEM 4 (I.4).......................................................................16**

**IMAGEM 5 (I.5).......................................................................16**

**INTRODUÇÃO**

*Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.*

*TRECHO DA* [*CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988*](https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/509f2321d97cd2d203256b280052245a?OpenDocument&Highlight=1,constitui%C3%A7%C3%A3o&AutoFramed)

*CAPÍTULO III  
DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA*

Este trabalho a seguir surge como apontamento à necessidade da reforma agrária, logo apresentará os benefícios e anseios da mudança no cenário nacional. A reforma exige socialmente e politicamente um trabalho árduo de todas as partes envolvidas, num processo longo e com distintas etapas.

Com isso, é rasa uma discussão acerca apenas da realização da reforma, que já existe em boa parte do país, ou não. Exige um aprofundamento sobre o sistema latifundiário presente no país, bem como a população que espera pelo seu lote de terra, uma vez que a desapropriação e a redistribuição são apenas a ponta do iceberg, de uma reforma pulsante e contemporânea no Brasil.

A realidade atual é preocupante, cerca de 45% da área agricultável do país está nas mãos de menos de 1% dos proprietários rurais, e por vezes grandes partes dessas imensas áreas não cumprem sua função social, prevista no estatuto da terra, e devido a essa constância no cenário agrícola brasileiro, além da necessidade de inserir novamente os trabalhadores rurais no campo, para produzirem e se manterem, é que a reforma agrária surge como necessidade urgente.

O Brasil passa por momentos de mudanças seja no sistema político, bem como no educacional, e essa toada deve ser contínua e mais abrangente, não se deve parar a luta pelo o que é direito de todo brasileiro, não se exige nada mais do que se existe na lei, não se pode deixar de lado a discussão e nas mãos apenas dos mais interessados, sejam os movimentos criados pela reforma, ou os grandes latifundiários, que por vezes são os detentores do poder em nosso país.

Portanto, é importante a discussão, e a pró-reforma agrária, mesmo que por sorteio, é o que norteia-nos no trabalho a seguir e expressa um pouco a nossa opinião acerca do assunto, e com argumentos concretos, lutando sempre contra o uso de violência e invasões, apenas apresentando informações e refutando outras.

**REFORMA AGRÁRIA E INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)**

A reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de**justiça social, desenvolvimento rural sustentável**e**aumento de produção** (Estatuto da Terra - [Lei nº 4504/64](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)).

**OBJETIVOS**

Desconcentração e democratização da estrutura fundiária, Produção de alimentos básicos, Geração de ocupação e renda, Interiorização dos serviços públicos básicos, Redução da migração campo-cidade, Promoção da cidadania e da justiça social, Diversificação do comércio e dos serviços no meio rural, Democratização das estruturas de poder.

O Incra é órgão federal responsável por executar a reforma agrária. Criado em nove de julho de 1970 pelo Decreto Lei nº 1.110, portanto em funcionamento há 47 anos, atua em todo o país através das 30 superintendências, com sua sede em Brasília (DF).

O que o Incra busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no país é a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na**viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial.** Para tanto, o Incra adota instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região e a está realizando uma adequação institucional e normativa para a intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários.

A reforma agrária implica também no forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras.

Atendendo às diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, a reforma agrária é parte de um projeto nacional de desenvolvimento, massivo e de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos.

Em relação aos beneficiários, a atuação do Incra no campo é norteada pela**promoção da igualdade de gênero, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.**

O trabalho do Incra contribui para dotar o Estado dos instrumentos necessários para gerir o território nacional.

*Texto retirado do site oficial do INCRA*

Antes de iniciar qualquer argumentação, a seguir será exposto alguns números importantes em relação a reforma agrária, disponíveis no site oficial do INCRA, esses dados irão nortear o trabalho a seguir, servindo de fundação para as opiniões que serão expressas por todo esse trabalho, mostrando apenas com números a dimensão da reforma agrária e quão benéfica a mesma é em nosso Brasil.

###### **1.346.798 famílias assentadas desde o início do Programa Nacional de Reforma Agrária**

###### **973.610 de famílias vivem, atualmente em assentamentos e áreas reformadas**

###### **9.369 assentamentos criados**

###### 

###### **88.444.692 hectares de área reformada**

Portanto, mesmo em meio a diversas dificuldades e barreiras (que serão discutidas) a reforma agrária atrela justiça social, qualidade de vida, meio ambiente e produção para os brasileiros.

Além desses números o INCRA possui programas específicos voltados para as famílias assentadas da reforma agrária, abaixo alguns dos principais que auxiliam os beneficiários

**PRONERA**

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

**Público Alvo**

**São jovens e adultos dos projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo Incra, quilombolas e trabalhadores acampados cadastrados na autarquia, e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC).**

A atuação do Pronera se dá através de parcerias do Incra com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais; constituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

**PNAE** – (Parceria com os assentados na produção e distribuição de alimentos produzidos em terras assentadas)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

**PAA**

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

**Como funciona**

Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

**HISTÓRIA DA REFORMA AGRÁRIA**

O problema fundiário do país remonta a 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias - grandes glebas distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção. Aí nascia o latifúndio.  
  
Em 1822, com a Independência do País, agravou-se o quadro: a troca de donos das terras se deu sob a lei do mais forte, em meio a grande violência. Os conflitos não envolviam trabalhadores rurais (praticamente todos eram escravos), mas proprietários e grileiros apoiados por bandos armados. Só em 1850 o Império tentou ordenar o campo ao editar a Lei das Terras. Contudo, um dos dispositivos (a proibição de ocupar áreas públicas e a determinação de que para adquir terras só mediante pagamento em dinheiro) reforçou o poder dos latifundiários ao tornar ilegais as posses de pequenos produtores.  
  
A instauração da República, em 1889, um ano e meio após a libertação dos escravos, tampouco melhorou o perfil da distribuição de terras. O poder político continuou nas mãos dos latifundiários, os temidos coronéis do interior. Apenas no final dos anos 50 e início dos anos 60, com a industrialização do País, a questão fundiária começou a ser debatida pela sociedade, que se urbanizava rapidamente.  
  
Surgiram no Nordeste as Ligas Camponesas e o Governo Federal criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra). Ambas foram duramente combatidas pelo establishment, dentro do quadro que resultou no golpe militar de 1964. Contraditoriamente, logo no início, o regime militar deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no País. O Estatuto da Terra é editado ([Lei nº 4.504, de 1964](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)) e são criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), em substituição à Supra.   
  
Em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel. Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resultado da fusão do Ibra com o Inda.  
  
À época da criação do Incra, mais do que reforma agrária, o governo incentivou a colonização da Amazônia. Levas de migrantes de vários estados do Brasil foram levados a ocupar as margens da estrada Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. A experiência não foi bem sucedida. 

A redemocratização, em 1984, trouxe de volta o tema da reforma agrária. O Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad), mas quatro anos depois os números alcançados eram modestos perante a meta: 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares.  
  
Esses números refletiam o intenso debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte. Do embate, resultaram a extinção do Incra, em 1987, e a do próprio Mirad, em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989, o Congresso Nacional recriou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguira, mas a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária mantiveram a reforma agrária quase paralisada.  
  
A questão foi, então, vinculada diretamente à Presidência da República com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o Incra.  
  
Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão ao qual o Incra está vinculado hoje.

*Texto retirado do site oficial do INCRA*

**ESTATUTO DA TERRA**

Para tanto, duas situações fundiárias foram definidas como impróprias, devendo ser extirpadas do campo: o minifúndio e o latifúndio. O primeiro, compreendido como “o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar” pelo art. 4º, IV, da Lei, é combatido por representar situação que inviabiliza a plena realização do homem do campo, e ser contraproducente à sociedade. O minifúndio não torna possível o sustento próprio e familiar, impactando nas condições materiais de alimentação, saúde, educação, lazer e outras necessidades, inviabiliza a acumulação de riqueza e, portanto, o investimento em melhores tecnologias produtivas, como também não agrega à produção de alimentos para a população ou tributos para o estado. Esta modalidade deve ser extinta, garantindo melhores condições ao trabalhador rural, adequando sua propriedade ao tamanho da propriedade familiar (BORGES, 1998).

Já o latifúndio, alvo prioritário da política de reforma agrária, é aquele, com tamanho igual ou superior ao módulo de propriedade rural, mantido “inexplorado, explorado incorretamente, ou que tem extensão incompatível com a justa distribuição da terra” (BORGES, 1998, p. 35). Podem ser latifúndios por extensão, quando ultrapassar seiscentas vezes o módulo rural, ou por exploração, quando atingindo o tamanho mínimo do módulo rural, seja inexplorado ou inadequadamente explorado.

A aquisição de terras para reforma agrária poderia ocorrer pelas formas tradicionais previstas no [direito civil](https://jus.com.br/tudo/direito-civil) – compra e venda, doação, arrecadação de bens vagos, herança ou legado – através da reversão de posse de terras públicas indevidamente ocupadas ou exploradas por terceiros, ou ainda pela desapropriação por interesse social.

*Trecho retirado do site jus.com.br*

O estatuto da terra possui diversos aspectos positivos, dentre eles:

* O respeito à indenização de desapropriações de terra;
* A funcionalização, onde o minifúndio e o latifúndio são duas situações fundiárias consideradas impróprias;
* A utilização apropriada da terra pelo proprietário, de maneira que o usufruto das condições econômicas favorecesse os seus trabalhadores e, respectivamente, a família dos mesmos;
* Que os recursos naturais da terra fossem utilizados de maneira apropriada;
* Manutenção dos níveis satisfatórios de produtividade;
* Assegurar a legalidade nas relações trabalhistas entre os que cultivam e os donos de terra.

*Retirado do site Planalto.gov.br*

**FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA**

A terra possui uma função social básica, e a mesma é exercida quando o imóvel rural atende as exigências vigentes na lei, com critérios e graus distintos estabelecidos na própria lei. Isto é, aproveitamento racional e adequado da terra, utilização consciente dos recursos naturais presentes na mesma e preservação destes mesmos recursos, entre outros. Quando não cumpridos o estado exerce o direito e o dever de agir conforme previsto na lei, com multas ou até mesmo retirada da posse.

**TRÊS FASES DA REFORMA AGRÁRIA**

A reforma agrária para ser bem sucedida e completa, exige que três etapas sejam cumpridas, todas importante no processo, e são as seguintes:

Desapropriação da terra; Redistribuição dos lotes; e assistência técnica e extensão rural aos assentados.

Se algum desses pontos não forem realizados ou houver falhas a reforma não estará em sua plenitude.

**COMO FUNCIONA O CADASTRAMENTO (Informações retiradas do site do INCRA)**

O Incra recebe inscrições, cadastra e seleciona candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

A inscrição pode ser feita em qualquer [unidade do Incra](http://www.incra.gov.br/incra-nos-estados), bastando apresentar documentos de identificação do interessado e do seu cônjuge ou parceiro, quando houver. O Incra também realiza inscrições em campo.

#### ****DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSCRIÇÃO:****

 - Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho (CTPS);

- CPF – Cadastro de Pessoa Física;

- Certidão de Casamento Civil (ou certidão de união estável);

- Atestado de óbito do cônjuge, se viúvo.

**QUEM PODE SE INSCREVER:**

**Os agricultores e agricultoras adultos ou emancipados** (se com idade entre 16 e 18 anos) que sejam:

- sem terra;

- posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário;

- aquele cuja propriedade não seja maior que 01 módulo rural do município.

O Incra checa todos os dados dos candidatos, pesquisando banco de dados da Receita Federal, Polícia Civil, INSS, junta comercial, secretarias de segurança pública e prefeituras, entre outros.

#### ****CLASSIFICAÇÃO****

As famílias selecionadas passam por um processo de classificação assim que surgirem vagas em imóveis recém adquiridos pelo Incra.

Entre os **critérios para classificação** das famílias cadastradas, estão:

Tamanho da família; força de trabalho da família; idade do candidato; tempo de atividade agrícola; moradia no imóvel desapropriado;  moradia no município; tempo de residência no imóvel e a renda anual familiar.

As tabelas de pontuação para a sistemática de classificação utilizada pelo Incra podem ser consultadas no anexo II da [Norma de Execução do Incra nº 45/2005](http://www.incra.gov.br/tree/info/file/2622)

**POR QUE A REORMA AGRÁRIA É NECESSÁRIA**

**Área degradadas e/ou abandonadas**

Vivemos em uma sociedade capitalista e desigual, isso não é novidade alguma, e essa realidade se expande ao campo, no que se refere à desigualdade na distribuição de terra no país. O Brasil possui em seu território cerca de 62 milhões de hectares que possui alguma atividade agrícola, e 45% do total dessa área está nas mãos de grandes latifundiários que não representam nem 1% do total de proprietários de terra no Brasil.

Além dessa triste realidade se é considerável as áreas degradadas encontradas nesses latifúndios, isto é em má utilização, ou abandonadas ou mesmo em processo de erosão, prova disso são as recentes afirmações de especialistas acerca do potencial agropecuário dessas áreas, sem haver necessidade de mais desmatamento. Também é preocupante, no ponto de vista do tema abordado nesse trabalho, áreas de difícil recuperação sem exercer sua função social como previsto na lei, defronte à espera de milhares de famílias que sonham em ter seu pedaço de chão para produzir e viver.

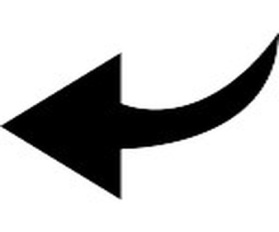
**I.1.2**

**BARREIRAS CONTRA A REFORMA**

A reforma agrária existe, já são milhões de pessoas diretas e indiretamente beneficiadas pela reforma no Brasil, porém sabe-se que o país ainda é um grande latifúndio, e antes de pontuar e apontar culpados pela implantação e manutenção da tão importante reforma, temos que entender que se a reforma não chegou ao seu ápice naquilo que concerne de sua originalidade, é graças ao próprio governo, não um específico, mas sim desde que se iniciou as atividades reformistas, isso se deve a práticas corruptas durante o processo, bem como a falta de continuidade na assistência ao assentado e a exposta falta de planejamento, pois é notável que não se trata apenas de retirar do grande e dar ao pequeno, abrange todo um estudo e planejamento para que a reforma seja em sua plenitude. Contudo, vale ressaltar de bons projetos existentes, além de dezenas de milhares de famílias que hoje possuem uma vida mais digna através da reforma.

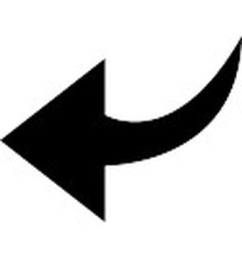
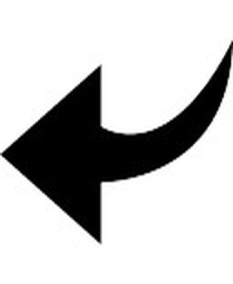
**Bancada Ruralista :** Outro ponto diferente, mas totalmente inserido nesse contexto político é a chamada “bancada ruralista”, a mesma que beneficiou o atual presidente Michel Temer contra a acusação de corrupção no caso JBS, em troca de ‘favores’ maléficos, principalmente à legislação ambiental e a terras indígenas por sua vez, benéfica aos mesmos.Outra ‘conquista’ desse grupo, são leis que ferem o direito dos assentados, conseguiram junto ao congresso que após dez anos, se o assentado desejar pode vender seu lote, lembrando que anteriormente o mesmo só podia ser passado de geração para geração, com isso os grandes fazendeiros conseguem recuperar ou comprar as terras desses produtores que por muitas vezes não tem condições de mantê-las, graças aos próprios governantes (explicitado acima e durante o trabalho), ou seja é um ciclo vicioso, complexo e criminoso (imagem 2)

Portanto, hoje quem possui o poder de modificar esse panorama da reforma agrária, são os menos interessados nessa idéia, cerca de 222 deputados num total de 513, logo o Brasil se encontra nas mãos de governantes, onde muito deles são latifundiários, o que gera no mínimo dúvidas constantes daqueles que lutam pela reforma.



10 ANOS DEPOIS A TERRA VOLTA AOS GRANDES FAZENDEIROS (EM MUITOS CASOS OS PRÓPRIOS POLÍTICOS QUE SANCIONARAM A LEI)

  **imagem 3**

Como expresso anteriormente, a imagem (página anterior), nada mais é que um ciclo que ocorre em alguns casos, na primeira imagem a direita os grandes latifúndios (em grandes partes de pastagens) de proprietários que são políticos, para se ter uma idéia, em estudos do ano de 2012 de Alceu Luis Castilho, em seu artigo intitulado de Partido da Terra, políticos eleitos municipais, estaduais e federais possuíam cerca de dois (2) milhões de hectares em nosso território.

Com a reforma agrária, parte dessas imensas áreas são distribuídas aos assentados, representado pela imagem abaixo. Contudo, em alguns casos, devido artigo modificado no estatuto da terra depois de dez anos o proprietário pode negociar sua terra (imagem à esquerda).

E com isso, devido à dificuldade de permanência de alguns sitiantes, os grandes fazendeiros, por vezes políticos adquirem esses pedaços de terras para aumentar seus latifúndios (imagem acima).

**MST**

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, tendo como foco as questões do trabalhador do campo, principalmente no tocante à luta pela reforma agrária brasileira. Como se sabe, no Brasil prevaleceu historicamente uma desigualdade do acesso a terra, consequência direta de uma organização social patrimonialista e patriarcalista ao longo de séculos, predominando o grande latifúndio como sinônimo de poder. Desta forma, dada a concentração fundiária, as camadas menos favorecidas como escravos, ex-escravos ou homens livres de classes menos abastadas teriam maiores dificuldades à posse da terra.

Conforme Bernardo M. Fernandes em seu livro A formação do MST no Brasil (2000), o MST nasceu da ocupação da terra e tem nesta ação seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e o próprio Estado. Segundo este autor, pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem–terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais.

*Trecho retirado do site Brasil Escola*

**MST E REFORMA AGRARIA SÃO SINÔNIMOS?**

Mesmo sabendo da sua legalidade e da sua extrema importância, relatadas em suas lutas e pelos números alcançados, é necessário fazer uma certa distinção entre o movimento e a reforma agrária em si, que existe a centenas de anos e em todo o mundo.

 X**I.4.5**

Ao se ouvir a sigla “MST”, logo se pensa em reforma agrária, não é por menos, pois esse movimento intitulado de “sem terra”, surgiu nos anos 80 com a finalidade principal da luta e conquista da reforma agrária no Brasil. O movimento baseia-se em alguns pensamentos desde o marxismo até a teologia da prosperidade, portanto a idéia de reforma agrária é apenas a ponta do iceberg de uma utópica sociedade comunista defendida pelos integrantes do MST, apesar da importância do mesmo na busca pelos direitos dos trabalhadores, e sua legalidade é clara, a democracia é a base da sua luta.

Por outro lado, a reforma agrária em si, é necessária e deve ser inserida, pelo menos na teoria, da forma mais justa e pacífica possível, seja em uma sociedade socialista, capitalista entre outras. A sua importância e necessidade não se discutem, e devido a isso é fundamental saber separar o ‘movimento Sem-terra’ da própria reforma agrária. Uma pessoa pode ser a favor da reforma e radicalmente contra invasões de terras e ocupações das mesmas. O radicalismo empregado e defendido pelos responsáveis do movimento, muito disso devido à recíproca violência recebida, não representam o conceito e o cerne original do que é a reforma agrária.

A separação, por conseguinte traduz a imagem que existe hoje de que o MST trata-se da reforma, logo se há violência e ocupações do movimento, aquele que não está inserido nessa realidade ou é imperito ao assunto, credita os acontecimentos causados pelo MST a tal da “reforma agrária”. Esse trabalho vem nortear em relação a favor da Reforma e alheio ao movimento, que sim possui uma ideologia ampla porem refutável.

# “Reforma agrária, sim! Direito a uma casa, sim! Invasão, Jamais!” Vitorio Furussho

**PESQUISA COM OS ASSENTADOS**

Não se baseando apenas em pensamentos e opiniões sobre a reforma agrária e seus respectivos benefícios e malefícios, é interessante expor na prática como funciona e como anda a reforma no Brasil, para tanto é necessário mostrar alguns números que expressam de forma clara a necessidade contínua da reforma ou não em nosso território.

Serão expostos alguns dados coletados pela PQRA, através do governo federal, com o intuito de conhecer quem são, como vivem e o que produzem para não só sobreviver mais viver no sentido mais belo da palavra. Foi usada da liberdade, para citar apenas as informações que no conceito dos autores deste trabalho, seria relevante vide a extensa pesquisa de campo realizada no ano de 2010, onde foram coletadas opiniões dos próprios assentados.

A PQRA abrangeu todas as 804.867 famílias assentadas entre 1985 e 2008, mediante a aplicação de 16.153 entrevistas, distribuídas em 1.164 assentamentos por todo o Brasil, sob rigorosa técnica estatística.

Apresentação da pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda (2010) em assentamentos de todo o país. (FONTE: PQRA)

A pergunta foi: “Em relação às condições gerais de produção, comercialização e renda, qual sua avaliação sobre o tamanho do seu lote?”

Esses percentuais representam a opinião dos assentados em relação ao tamanho dos lotes, muitos dos que são contrários a reforma, alegam que haveria pequenas terras que não gerariam lucro ou renda aos posseiros, contudo se é realizado um estudo bem aprofundado acerca do tamanho e qualidade da terra para que se possa viver da mesma. Os próprios posseiros alegam isso, tendo em vista que mais de 82% afirmaram que o tamanho da área cedida é no mínimo razoável à ótima, e apenas 13% consideram o tamanho do lote ruim ou péssimo.

**MELHORIA APÓS ASSENTAMENTO**

Outra informação muito importante, se não a mais importante, fora em relação à percepção de melhoria de vida após o assentamento, com os seguintes fatores questionados: Moradia, alimentação, educação, renda e saúde.

A pergunta realizada para os assentados foi: “Comparando as condições de vida de sua família em relação à situação anterior ao assentamento, qual sua avaliação?

As porcentagens expostas referem-se a quanto % dos assentados acham que a condição de vida melhorou após o assentamento nesses fatores acima, portanto 73% dos assentados acreditam que em relação à moradia houve melhora e isso acontece com alimentação, educação e principalmente renda com 65%, 63% e 63% respectivamente. O que nos norteiam na qualidade de vida de forma geral, princípios básicos de sobrevivência obtiveram números acima da média, portanto satisfatórios. Apenas a saúde ficou abaixo da média (47%), esse resultado se deve principalmente pela distância que os lotes se encontram de postos de saúde e hospitais, além das estradas em péssimas condições encontradas na zona rural, porém ainda assim quase metade dos assentados, opinaram a favor da melhora também na saúde (47%).

**OUTROS PONTOS IMPORTANTES**

Além da apresentação dos gráficos anteriores outros pontos são importantes para citação segundo ainda os mesmos estudos do INCRA (PQRA) bens e equipamentos essenciais como celular, veículos, fogão a gás, computador, liquidificador e embarcações aumentaram em relação após o assentamento dessas famílias, o que culmina em uma melhor qualidade de vida para os mesmos.

E em relação à energia elétrica mais de 76% a possuem, e cerca de 78% tem acesso a água suficiente para consumo e produção, portanto não é um dado sobre ter ou não água disponível e sim sobre a mesma ser suficiente em todos os âmbitos seja domestico ou produtivo, logo o valor de 78% é bem satisfatório, tendo como base a situação hídrica do país.

**É UMA QUESTÃO DE MERITOCRACIA?**

O mais simples leigo pode imaginar que não se pode tirar a terra de uma pessoa mesmo com indenização a mesma, e doar a outra, na teoria seria uma injustiça, contudo ao longo da história tupiniquim sabe-se que os mais agraciados desde a monarquia, passando pela ditadura e até os dias atuais são os que mais já possuem. Terras foram doadas nos tempos da coroa às pessoas ligadas ao rei, e na ditadura a mesma coisa acontecia em relação ao alto escalão e isso passou de geração em geração, então a questão de meritocracia fica em segundo plano, tendo em vista que foram desde os escravos, depois os imigrantes e por fim até hoje os trabalhadores, esses os mais pobres, que levaram e levam o país ao patamar que se encontra hoje num panorama agrícola, e por muitas vezes, quase na sua totalidade, trabalhavam sem receber nada ou apenas em troca de comida ou um lugar para dormir, e muitos desses se foram sem ter a oportunidade de terem seu espaço no território nacional, não tiveram a oportunidade de produzirem seu próprio alimento. Nesse contexto de um país mais justo e igualitário a reforma agrária vem corrigir uma injustiça histórica, obviamente não foi e não é fácil sua implantação, visto as diversas irregularidades e corrupção presente nesse processo, porém a necessidade da reforma é indiscutível se realmente acreditamos que um “País rico, é um país sem pobreza”.

**EXÔDO RURAL – LOGÍSTICA REVERSA (MENOS PESSOAS NA CIDADE, MENOS DESEMPREGO, MAIS PRODUÇÃO)**

**VOLTA AO CAMPO**

Outro aspecto positivo da reforma é a logística reversa do Êxodo Rural, ou seja, a volta das pessoas ao campo, à zona rural. O Êxodo Rural refere-se ao deslocamento ou migração das pessoas do campo para o meio urbano (cidade), a fim de encontrar condições melhores de vida. E isso se deu principalmente após a industrialização e o crescimento urbano, o desenvolvimento tecnológico também tirou o homem do campo, visto a troca da mão de obra por máquinas.

Mesmo parecendo um processo comum e até benéfico, por imaginar que nas cidades as pessoas teriam melhores condições de vida e de renda, não é bem assim na prática, a saída em excesso das pessoas oriundas do campo para a cidade acarreta alguns problemas sociais importantes, dentre eles pode-se citar o desemprego, devido à densidade e falta de preparo e profissionalização do homem do campo; crescimento de favelas, pois aqueles que vêm para a cidade muitas vezes com pouco ou sem dinheiro, não encontram serviço em curto espaço de tempo, em conseqüência a isso, não encontram moradias, e uma das vias de escape acaba sendo as favelas das grandes cidades; e também a marginalização, quando essas pessoas se encontram sem perspectiva alguma acabam entrando em uma vida de atividades ilícitas como prostituição de crianças e adultas, tráfico de drogas entre outras.

Portanto, nessa perspectiva o êxodo rural é prejudicial em todos os âmbitos sociais e governamentais, principalmente nos dias atuais onde a densidade populacional cresce a cada dia, e a reforma agrária vem contrária a isso, visto que traz o homem de volta ao campo, além de diminuir a densidade populacional nas cidades, diminuindo diversos fatores negativos que possam existir, dá aos assentados uma nova perspectiva de vida, melhorando sua renda, dando uma moradia digna, um trabalho, oportunidade de crescimento, além de fomentar a produção agropecuária em nosso país, gerando renda aos cofres públicos, que por sua vez voltarão em serviços aos cidadãos. Nesse panorama a reforma agrária surge novamente como essencial, e estimula um ciclo de crescimento e qualidade de vida.

**CAMINHOS PARA OS ASSENTADOS**

Muitas dúvidas são geradas, principalmente por aqueles que são contrários à reforma agrária, acerca da continuidade após o assentamento, algumas pessoas não possuem conhecimento ou condições de se manterem sem benefícios do governo, no entanto, isso não se trata de um problema da reforma agrária e sim de todo o processo discutido já acima.

Para isso, surgem caminhos interessantes e pouco explorados, com o intuito de emancipar os assentados, afim de que se sustentem e gerem renda. Dois casos serão discutidos a seguir, sendo eles o Cooperativismo e o foco em produtos em falta, no caso os importados pelo país.

**COOPERATIVISMO**

Em qualquer área do meio social, sabe-se que um não é tão forte como um todo, isto é uma pessoa pode não ter tanto poder assim, porém quando se junta a outras, estes se tornam mais fortes, e é nesse contexto que o cooperativismo surge com grande potencial.

Muitos produtores quando produzem em seus pequenos lotes acabam não tendo força nem mesmo compradores para seus respectivos produtos, esse cenário pode mudar uma vez que vários outros produtores (assentados) se unam a uma idéia, podendo aqui citar inúmeras como suinocultura, avicultura, fruticultura, que não exigem um grande espaço e sim alto investimento, esse já existente inserido pelo próprio governo.

Desta forma a criação de cooperativas é um mecanismo interessante, com suporte jurídico e administrativo há uma melhora na questão de produção e comércio, que conseqüentemente fomenta uma estabilidade produtiva e social, fazendo com que o assentado tenha mais segurança, no que tange sua produção e qualidade de vida, prova disso foi à criação da CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

**PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO COMO SAÍDA PARA OS ASSENTADOS**

O outro ponto citado é o foco em produtos que atualmente o Brasil não produz ou produz em baixa escala, e que podem vir a serem produzidos em coletividade pelos assentados. Já dissemos acima que dinheiro não é problema principal nesse caso.

Produtos de produção conhecidas no país como feijão, arroz, trigo, banana são bastante importados e poderiam ser um norte na produção pelos assentados, ou mesmo outros produtos não tão conhecidos, mas que poderiam fomentar a produção desses sitiantes, como frutas exóticas, além de serviços como a secagem de ameixas, as quais são produzidas no Brasil, mas saem do território nacional para serem secadas e posteriormente são vendidas em nosso país, seria interessante que todo esse processo pudesse ser realizado por produtores brasileiros gerando emprego e renda.

Obviamente todos esses aspectos são de implantação demorada, controvérsias e de grande labuta, mas é um caminho que pode emergir diante da dificuldade de fazer com que o assentado permaneça no campo com uma qualidade de vida sustentável.

MÚSICA: Funeral de um lavrador (CHICO BUARQUE)

Esta cova em que estás com palmos medida

É a conta menor que tiraste em vida

É a conta menor que tiraste em vida

É de bom tamanho nem largo nem fundo

É a parte que te cabe deste latifúndio

É a parte que te cabe deste latifúndio

Não é cova grande, é cova medida

É a terra que querias ver dividida

É a terra que querias ver dividida

É uma cova grande pra teu pouco defunto

Mas estarás mais ancho que estavas no mundo

estarás mais ancho que estavas no mundo

É uma cova grande pra teu defunto parco

Porém mais que no mundo te sentirás largo

Porém mais que no mundo te sentirás largo

É uma cova grande pra tua carne pouca

Mas a terra dada, não se abre a boca

É a conta menor que tiraste em vida

É a parte que te cabe deste latifúndio

É a terra que querias ver dividida

Estarás mais ancho que estavas no mundo

Mas a terra dada, não se abre a boca.

“A Busca Pela Educação Agrária Têm Raízes Amargas; Mas os Seus Frutos São Doces”.

**Raimundo N.C. Moraes**

A luta pelo pedaço de terra é árdua e longa, mas necessária, o Brasil anseia por uma reforma, pelo bem do povo brasileiro e por uma questão de justiça social.

**REFERÊNCIAS**

. Planalto.gov.br

. Jus.com.br

. Brasilescola.com.br

. incra.gov.br

. mst.org.br

. marx21.com

. folha.uol.com.br

. iepec.com

. reschmidt.blogspot.com.br

. mundoeducacao.bol.uol.com.br